

A SUCESSÃO TRANSADA¹

J. Chasin

O quadro sucessório está definido: Maluf - o situacionista “sistêmico” versus Tancredo - o oposicionista “assistêmico”.

Que o clarão, - por tantos jurados que viria a relampejar triunfante -, depressa empalideceu em cinzenta nebulosa, não deveria ser motivo de surpresa, nem pode ser, agora, impedimento para uma opção categórica.

Que da virtualidade de um clarão tenha nascido o mero gris dos nevoeiros, ou que da nuvem de chumbo, em que vivemos, não possa advir, hoje, mais do que o facho mortiço da híbrida lanterna udeno-pedessista, eis o que vale a pena analisar.

Aqui, no entanto, o exame não pode ir além do simples registro.

As vésperas e a propósito das eleições de 82, anotei: “as eleições de novembro já se perderam como arma, no processo de abatimento do regime vigente. Este logra mais um passo bem sucedido, em seu encaminhamento da auto-reforma, pois as eleições politicizadas de novembro materializam o penúltimo ato de reconversão do bonapartismo em autocracia burguesa institucionalizada, cuja cena derradeira, projetada pelo sistema, será a apoteose da próxima sucessão presidencial. As eleições politicistas estão para a sustentação da auto-reforma, como a auto-reforma está para a conservação do poder.

¹ Publicado originalmente na *Revista Ensaio* n. 13 em 1984.

Mediações, portanto, de uma cadeia de mediações, que visa e possibilita, especificamente, a conservação da atual fisionomia do solo econômico” (“Hasta Cuando”?, ENSAIO 10, outubro/82, p.16).

Muito antes, já em 77, apontava para a crise do “milagre” e para o caráter politicista de nossas oposições.

O ‘milagre’, pois, é um milagre sobretudo para o capital financeiro internacional, sob a condição de que veja constantemente reassegurada a certeza de que os mecanismos econômicos montados produzam e reproduzam a captação dos dólares necessários para ‘remunerá-lo’. E é precisamente o contrário disto que hoje se verifica, num processo que vem se explicitando cada vez mais agudamente desde os primeiros momentos do governo Geisel. Numa palavra, o ‘milagre’ incompatibilizou-se consigo mesmo. Não é mais capaz de ir reproduzindo os passos do processo de acumulação, contradizendo a si mesmo. Face a isto acabou por se impor, após um momento de inconformidade e relutância, a política do desaquecimento econômico, o que equivale dizer que o ‘milagre’, incompatibilizado em seus próprios mecanismos, convertido numa fera voraz, que quanto mais crescia com mais apetite devorava seus próprios fundamentos, teve de ser amordaçado e manietado.

Os altos índices de crescimento do PNB deixaram de ser estimados e ostentados como demonstrativos e coroamento dos sucessos da ditadura, convertidos, agora, em resultados ameaçadores que deveriam ser evitados a qualquer preço. Mas a política de desaceleração econômica não tinha como satisfazer a nenhum dos setores econômico-sociais, pois condena a todos, quando não ao retrocesso, pelo menos a níveis de estagnação, ou a ritmos reduzidos de crescimento. Contudo, mesmo em face da inquietação política que assim se gerou, não havia, dentro do sistema, outra alternativa e o desaquecimento se pôs como medida de urgência para tentar evitar a crise em seus aspectos mais dramáticos ou aprofundados, e como

instrumento de transição para uma nova fase de acumulação que exigia ser demarcada e desencadeada no prazo mais breve possível. Estes são os problemas básicos que estiveram e estão em jogo, num crescendo, ao longo dos últimos tempos” (Conquistar a Democracia Pela Base, TEMAS, N° 6, P. 166/7).

A denúncia do politicismo, no mesmo texto, também era explícita.

“Não é, portanto, difícil entender por que a disputa pelo poder se manifesta desta vez com particular intensidade, sendo cada uma das candidaturas afloradas o produto ou a incorporação de tendências ou interesses que buscam impor suas conveniências e soluções de vantagem. É isto que está em jogo, e não simplesmente futricas de caserna. É guerra brava, envolvendo o país em suas estruturas fundamentais, onde o ventilar do aspecto institucional, além de se prestar a dilações e mascaramentos, e até mesmo a instrumento do jogo cênico para os olhos do grande público, que esconde a batalha interna e oculta para qual estão centradas todas as baterias, pode ser também, quando considerado isolado e prioritariamente, utensílio para encaminhar soluções econômicas subjacentes que antagonizam os interesses das massas populares e ferem negativamente o encaminhamento adequado da questão nacional. De modo que as forças dominantes, em todas as suas componentes, disputam o jogo da ‘sucessão presidencial’ preocupadas e ocupadas com o conjunto dos problemas nacionais sabendo, no entanto, distinguir com precisão as questões de base das complementares, empenhando-se, a nível decisivo, quanto fá questões relativas à política econômica; quanto ao mais é sempre possível passar por cima. No que seguem, aliás, a tática de todos os governos da ditadura de 64.

Ventilar as questões institucionais para um eventual ‘aperfeiçoamento’, a ser decidido em horas indeterminadas pelos arquipoderosos senhores, enquanto as questões econômicas são mantidas fora de discussão, - como

um tabu, foi uma tática que os governos ditatoriais sempre utilizaram, e que o governo Geisel levou à perfeição. E diante dela a oposição acabou por perder a visão do todo, soçobrando ao diapasão institucional” (Idem, p.169/170).

Em suma, tanto neste artigo, quanto em outros que deram seguimento e tentaram desenvolver a análise do processo brasileiro, foram acentuadas certas determinações, que abaixo vão sumariamente recapituladas:

- O “aperfeiçoamento institucional” foi propósito e ardil do bonapartismo desde Castelo;

- a crise da política econômica, implantada a partir de 64, principiou em meados de 73;

- as oposições politicamente organizadas, legais, clandestinas ou semi-clandestinas, foram incapazes de entender o “milagre” e sua crise, dada sua subsunção à perspectiva teórico-ideológica liberal;

- dado que a objetivação do capitalismo no Brasil se efetivou pela via colonial, uma democracia de talhe liberal, em termos de uma forma de domínio minimamente coerente e estável, é uma impossibilidade histórico-estrutural;

- no país, toda e qualquer expressão democrática real, ainda que suposta meramente ao limite das formas, só é edificável da perspectiva do trabalho, - por conseqüência, em existindo estará matizada por um decisivo caráter social;

- no contexto do quadro brasileiro, com acentuação para o momento da crise do bonapartismo, quando este busca, pela via da auto-reforma, sua reconversão em autocracia burguesa institucionalizada, as lutas econômicas dos trabalhadores são imediatamente políticas, donde a necessidade vital de um programa econômico de transição da perspectiva do trabalho.

Fazer a smula disto é simples por demais: entre ns a construo democrática à possibilidade concreta apenas enquanto resultante das lutas sociais nucleadas pela  tica do trabalho. A relao delas com a ao parlamentar tem de ser pensada num fluxo que viria daquelas para esta. Ou seja, numa conexo de determinantes a determinada, de modo que atualizassem sua potência de forar a representao parlamentar (provavelmente pela mediao dos governadores), vindo assim a conferir a ela contedo e direo. E no o inverso, como foi tentado, por exemplo, na recente campanha pelas eleies diretas. Vale dizer, da substancialidade social f  formas institucionais. No o inverso, como fazem, há vinte anos, as oposies submersas ao mais completo e estiolado politicismo. Donde as oposies, feita uma exceo circunstancial, que adiante será referida, virem facilitando a to indesejável auto-reforma do sistema, posta em “perigo” antes pelo dissídio de suas próprias forcas, carregado pelos golpes da crise econ mica, do que pelos pretendidos atos “demolidores” da oposio.

Consideradas, portanto, a crise econ mica e as dissenses políticas do sistema de um lado, e o politicismo liberao das oposies por outro, o quadro atual, - como um momento exemplar de soluo pelo alto, t pica dos procedimentos políticos “normais” no interior da processualidade cong nita   via colonial -, no poderia redundar em nada mais do que num cenário sem claro e sem apoteose: sem o claro profetizado pelo politicismo oposicionista, e sem a apoteose acarinhada pelo sistema para a sua auto-reforma.

Tudo reduzido, pois, pelos próprios agentes em contraposio, f  dimenses mais estreitas, tudo por eles colado, sem grandeza,   expresso mais elementar das possibilidades, nenhum advento poderia ocorrer para além do confronto Maluf-Tancredo.

Em sua falta de brilho, contudo, o confronto Maluf-Tancredo é o resultado lógico do panorama nacional. Lógico e perigoso.

Lógico, na exata medida em que, de uma parte - o sistema no poder, lasseando na sua base social de sustentação desde há anos, por obra e graça da desgraça econômica por ele mesmo armada, chegou à incapacidade de evitar sua fragmentação política, e terminou subjugado, neste campo, pela sua parcela mais radical, sectária e cruamente pragmática: valeria dizer, e por algo mais do que uma simples tentação analógica, - bismarkiana; lógico, doutra parte - pelo lado de uma oposição confederada que, ao longo de duas décadas, só fez atuar pelo front de menor resistência, foi engolfada pelo raquitismo ideológico liberal dos setores dominantes contrariados, e jamais armou uma estratégia alternativa de poder. Disto não se subtraindo nem mesmo as esquerdas organizadas que, por suas posições, da esquerda tradicional à esquerda não-marxista, oscilam respectivamente entre o museu de horrores e o circo de cavalinhos.

Os perigos são muitos. Dos pequenos aos grandes, dos prováveis aos improváveis. Desde o grande perigo improvável de um pronunciamento militar, que inassimile e descarte o sucesso pela via indireta, hoje ao que parece irreversível, da chamada Aliança democrática, até o pequeno perigo provável da geração de alguma turbulência e dificuldade, no espaço e na caminhada desta, pela ação ou omissão dos últimos e penúltimos irreduzíveis das diretas-já.

O perigo maior, porque real e insuperável, é o que está embutido no próprio tecido íntimo de que são feitas as duas candidaturas. Ambas perigosas por razões próximas, pois tanto a moderação tancrediana, como a imoderação malufista são muito mais do que puros e simples estilos pessoais.

Do ponto de vista estrito das diferenças individuais a contraposição é gritante. A prudência e a mineirice do Sr. Tancredo Neves é o mero lado adjetivo e até pitoresco de uma personalidade política competente e coerente, na posição que assume e que o caracteriza. Ater-se a isto em demasia pode levar ao ônus de ficar apenas com

uma caricatura simpática, em detrimento do aspecto essencial de um profissional altamente experiente da república. Capacitação que não deixa de merecer respeito e admiração, embora esteja centrada sobre o “vício politicista”, como já tive oportunidade de frisar em outro contexto. Vício politicista que constitui quase todo seu conteúdo.

Mas, este quase deixa entreaberta uma possibilidade, - decisiva no contraste e confronto com o candidato da facção remanescente do PDS, de articulação com ressonâncias de caráter popular, e isto na trilha de uma composição política que muitos julgavam morta há duas décadas. Em suma, à semelhança do que disse em outra ocasião, acima aludida, enquanto individualidade e por suas características o Sr Tancredo Neves “firmemente empurrado pelo movimento de massas, e não empurrando, como hoje, poderia, ao limite de injunções, ser cogitado” (“Hasta Cuando”, op. cit. p.24).

Por todo esse perfil, e ainda no plano das simples diderenciações individuais, seria de todo injusto assemelhar P.Maluf a Tancredo Neves. Se deste, pelos contrastes, é laborioso fazer um retrato objetivo, fotografar àquele é tarefa simples. Se a mesquinharia junker é o halo da mentalidade bismarkiana, Maluf é um junker do asfalto, na ambição e no gozo do arrivismo político, cujo único “mérito” é estar disposto, sem qualquer hesitação, a abrir espaços a peitadas. Toda sua sutileza é simular que não simula, sem se preocupar em ser convincente. Tem mesmo o gosto de fazer ver que sua máscara, que traz sempre um pouco despregada do rosto.

Todavia, a ferocidade do momento está, como sempre, para além dos meros contornos individuais.

A moderação tancrediana, hoje, muito mais do que identidade pessoal, é a persona, o suporte da equação resolutiva da fração civilizada do poder. É, nasceu e vem se firmando antes como candidatura da dissidência pedessista do que de um marcante empuxo, na

origem, dos peemedebistas moderados. Que as duas facções integram com tónus idêntico sua viabilização político-eleitoral, não desfaz esta importante determinação de gênese político-social e de caráter ideológico-programático.

Ademais, não há que fazer qualquer alarde das diferenças entre estes dois agrupamentos partidários, pois não se trata, como é sabido, de outra coisa do que da consagrada fórmula do PP. E a consideração de que a lógica da gênese seja distinta da lógica do gerado só faz acentuar o sentido que aqui se grifa e os justos temores que suscita. Pois, se no parto tivemos a ética de Aureliano, já no batizado um dos padrinhos mais loquazes é Antônio Carlos Magalhães, senhor de céus e terras e de quanto nelas se mova. Para já não falar do noivo da oposição, José Sarney em verso e prosa, sempre enfatizado, dos bigodes aos borzeguins, para a subida ao altar do, poder.

Em síntese, o que se assinala é a linha tendencial de diluição (ou espessamento) à direita da candidatura oposicionista de T. Neves. Nascida como sucedâneo à postulação de Aureliano Chaves, inviabilizada esta em seu habitat natural, e do sonho gorado das diretas-já, está cifrada, hoje, para aquém das possibilidades políticas do próprio candidato, pois cavalga sobre estas duas interdições.

Da interdição das diretas-já, última esperança de um vice já interdito, brotou a alternativa eleitoral “libero”- mineira e também seu conteúdo. Nesse sentido, das diretas-já, sem plano e sem intenção, apenas como perfeito derivado ou residual, proveio o único momento em que as oposições não levaram água ao moinho da auto-reforma do sistema. Mas com o racha “liberal” só viram desarmada a solução apoteótica, que o sistema acarinhava para sua auto-reforma, e que só a unidade do PDS garantiria. Em troca tiveram de absorver e dar passagem à versão civilizada da auto-reforma.

Eis tudo: sem clarão e sem apoteose, embora com talhe civilizado, as oposições politicizadas fundiram-se de uma vez, a seu destino, armadas em rampa de acesso para a institucionalização da autocracia burguesa. Tudo estaria perfeito, se não houvesse uma multidão olhando e esperando. E dado que, ao longo dos últimos vinte anos, as coisas foram como foram, nem me pergunto o que ela virá a dizer quando a festa acabar e o dia comum for o cotidiano de todos nós.

O trânsito em curso, o caráter do ponto de partida e chegada, o tipo e a natureza do candidato, tudo faz lembrar os meados da década 40, suas vicissitudes e seu desfecho menos de duas décadas depois. Com uma diferença - fundamental, que também já referi no passado: “O quadro da transição de 45/6 era menos favorável, do que o atual, para o sistema econômico-político dominante; inversamente ao panorama daquela época era mais favorável fá forcas democráticas do que o é hoje. Em linha de resultantes: a autocracia burguesa institucionalizada, que foi implantada em 45/6 e que se desdobrou até 64, terá sido, provavelmente, aquela da maior liberdade que pode estar contida em tal forma de dominação política; muito menos `generosa' tende a ser a autocracia burguesa institucionalizada ora em fase adiantada de implantação”. (“Hasta Cuando”?, p.15).

Contudo, se o teor da moderação tancrediana, independentemente do valor do personagem, não é de molde a inspirar fervorosas esperanças, nem mesmo uma boa dose de tranqüilidade, a imoderação malufista, em contrapartida, pela figura e ainda mais pelo teor do esquema que personifica, só pode e deve gerar a fria e límpida decisão de repúdio e combate.

À semelhança da moderação tancrediana que transcende a Tancredo, a imoderação malufista ultrapassa, de muito, simples “deselegância” de ato e espírito do indivíduo que a corporifica.

Exemplar impróprio, sem dúvida, como modelo de virtude, é, por desgraça, a adequação “feliz” para moldar o cabide, a persona integral da resolução truculenta de um dado esquema de forcas.

Sem delongas: a imoderação malufiana é a paródia bárbara da auto-reforma, é a manipulação, a elevação desta ao quadrado na forma de falsete; portanto, um puro engodo deliberado. Em suma, a imoderação malufista é a recusa dissimulada de uma parcela do sistema em deixar o bonapartismo. Não é à toa que mentores seus alimentam apregoada esperança de eternização no poder por trinta anos, caso sejam bem sucedidos no próximo cotejo do famigerado colégio eleitoral.

Nesta paródia feroz e mesquinha, - contraposta a qualquer mudança, decidida a constranger, por cobiça e temores inconstrangidos, toda a lógica das possibilidades econômicas e políticas do momento -, está contida a única e grande certeza que programa da candidatura Salim Maluf: - a certeza de que as coisas podem piorar.

Diante dela ganha sua verdadeira dimensão a certeza oposta, que procede de Tancredo: este será coagido à tentativa de sustar a progressão da negatividade. Nada garante que possa ter sucesso, o contrário até é muito provável. Porém, o que deve ficar iluminado, aqui, são as propensões imanentes fá duas linhas de forcas e sua diversidade.

Entre a certeza do pior e a coação pelo estancamento do negativo há uma clara distinção e uma sólida diferença.

Distinções e diferenças tem de ser respeitadas, especialmente em horas cruciais que, na imediaticidade, já não comportam alternativa. Ainda mais quando o deserto de possibilidades é conseqüência também de vinte anos de inconseqüências.

Que tudo isto de em ressonâncias getulianas (embora salgadas pelo modelo udenista), é bem a medida de quanto, até há pouco,

fomos forçados a regredir em relação ao pré-64. Isto só pode surpreender à tagarelice da pseudocrítica ao pretenso fenômeno do populismo, que simplesmente decretou o colapso de algo que nunca existiu. E o que teve existência real, tanto não morreu que ah está, re-emerge, apesar de tingido de udenismos e “atenuado” nestes seus primeiros passos, como seria de esperar. De todo modo - e de novo - como o canal que resta para trilhar.

Goethe asseverou que “É fácil parecer brilhante quando se desrespeita tudo”. O aforisma é precioso, mas não me parece que queira alcançar também a prática política, pois nesta, como em qualquer outra, é banal ser o realejo do desrespeito universal, mas não é nada brilhante, é simplesmente tolo.

Lógicas e perigosas, há que repetir, são as candidaturas Maluf e Tancredo, como resultantes naturais do quadro brasileiro.

Mas o caráter geral que as aproxima, também e nitidamente as contrapõe, na diversidade irrecusável que vai da paródia feroz à auto-reforma civilizada.

Se o politicismo nos condenou a esta pobreza, não há que calar. E sua denúncia é a melhor forma de escorar a candidatura Tancredo Neves contra o deslizamento à direita a que está ameaçada.

Se esta é a melhor palavra, nesta hora estreita, cabe entregá-la fá ruas, que só nestas pode ser alargada.

Ir fá ruas, contudo, não é uma mera opção multitudinária.

Número é um dos elementos de êxito que os trabalhadores possuem.

Contudo, como Marx já o disse, “os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento”.

Há, pois, que tornar a opção pelas massas e pelo irrecusável apoio à candidatura do Sr. Tancredo Neves, uma ação iluminada pela perspectiva do trabalho. É o que pode garantir o respaldo essencial de que ela precisa, ao mesmo tempo que possibilita às massas a oportunidade de fincar na pauta suas concretas finalidades.